

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 11 DE 7 DE JULHO DE 2015.

"Institui o programa 'Eu amo Eldorado' que incentiva a adoção por particulares de áreas públicas do Município de Eldorado do Sul visando sua limpeza, conservação e manutenção"

Origem: Poder Legislativo
Gabinete do Vereador Jorge Assis

Senhor Presidente,

O Vereador que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 166 e 167 do Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, vem apresentar projeto de lei para apreciação deste Plenário e posterior encaminhamento ao Poder Executivo para sanção e promulgação da seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica instituído no Município de Eldorado do Sul o Programa "Eu amo Eldorado", que tem por finalidade:

I - disponibilizar áreas públicas para adoção por particulares, visando a execução e/ou manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas, atendendo ao interesse público;

II - promover a participação da sociedade civil na urbanização, nos cuidados e na manutenção das praças, canteiros centrais, jardins, parques e outros logradouros públicos, em conjunto com o Poder Público Municipal;

III - transformar as áreas públicas em espaços agradáveis e humanizados;

IV - resgatar os espaços públicos fortalecendo-os como local de referência comunitária, atendendo às demandas das comunidades a que sirvam;

V - cumprir a função social de convivência e ordenação do espaço urbano.

§ 1º. Para os fins desta lei, entende-se por adoção, nos termos previstos no inciso I deste artigo, o ato através do qual o particular interessado, mediante a

celebração de Termo de Parceria com o Município, assume, às suas expensas e sob sua responsabilidade, os encargos necessários às obras e serviços inerentes à execução de melhorias urbanas, ambientais e/ou paisagísticas em áreas públicas, bem como aqueles referentes à sua manutenção, conforme previsto nesta lei.

§ 2º. O Termo de Parceria que trata o inciso I deste artigo estabelecerá as atribuições e os direitos das partes parceiras.

Art. 2º. Para dar início ao processo de adoção com vistas à assinatura do Termo de Parceria, os particulares interessados em adotar determinada área, objeto desta lei, devem dar entrada ao pedido apresentando Ofício (ANEXO I), Carta de Intenção (Pessoa Física - ANEXO II, Pessoa Jurídica - ANEXO III) e documentos descritos no ANEXO I.

§ 1º. Poderão se candidatar a parceiros-adotantes, nos termos da lei civil:

I - pessoas físicas ou jurídicas (de acordo com § 3º deste Art.);

II - as associações;

III- as sociedades;

IV - as fundações;

V - as organizações religiosas;

VI - o empresário;

VII - a sociedade empresária e a sociedade simples;

§ 3º. Estão proibidos de se candidatarem a parceiros-adotantes:

I – Autoridades políticas e partidos políticos;

II - pessoas jurídicas cujas atividades ou marcas estejam associadas por qualquer forma a cigarros ou bebidas alcoólicas, bem como outras que, a critério da Comissão "Eu amo Eldorado", possam ser consideradas impróprias aos objetivos sociais do programa;

III - pessoas jurídicas contra quem tiver sido lavrado auto de infração ambiental emitido por quaisquer dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, em um período de 12 (doze) meses que antecede o pedido de adoção de área pública protocolado na Prefeitura Municipal, devendo ter cumprido neste período os termos de compromisso de recuperação ou de compensação ambiental que possam existir.

Art. 3º. Como contrapartida à utilização da área disponibilizada, o parceiro-adotante terá direito à veiculação de sua imagem às melhorias realizadas, mediante a

exposição de sua logomarca, somente no caso de pessoa jurídica, em placa de publicidade a ser afixada nesse local. O conteúdo e dimensões da referida placa obedecerão às disposições contidas no Regulamento (ANEXO IV) da presente Lei, ficando isento, ainda, no período de vigência do Termo de Parceria, do pagamento da Taxa de Licença e Fiscalização Para Publicidade eventualmente incidente sobre aquela placa.

§ 1º. As despesas para a confecção da placa de publicidade correrão as expensas do parceiro-adotante.

§ 2º. Dependendo do tamanho da área disponibilizada, poderá ser afixada mais de uma placa de publicidade, na forma regulamentar.

Art. 4º. O Termo de Parceria terá a validade de 12 (doze) meses, podendo o parceiro-adotante denunciá-lo, justificadamente, após 6 (seis) meses, mediante notificação prévia de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º. O prazo de validade a que se refere o "caput" desse artigo será renovado automaticamente por igual período ao término dos 12 (doze) primeiros meses de parceria, desde que tenha cumprido integralmente as obrigações assumidas no Termo de Parceria anteriormente firmado. Findado o prazo e sendo de interesse do parceiro-adotante, este poderá solicitar renovação, através de Ofício, a cada 12 (doze) meses.

§ 2º. A rescisão do Termo de Parceria poderá ser determinada por ato unilateral escrito e devidamente justificado pela Comissão "Eu amo Eldorado", por inexecução do objeto constante do Termo de Parceria, ou por razão de interesse público, independentemente do tempo decorrido do termo firmado, devendo a Comissão oficializar o ato imediatamente ao parceiro-adotante. Neste ofício também deverá constar a solicitação de retirada da placa de publicidade, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º. Ocorrendo a rescisão do Termo de Parceria, tanto no caso de não renovação do mesmo quanto nos casos previstos no parágrafo anterior, não caberá ao parceiro-adotante qualquer tipo de indenização pelas obras ou benfeitorias realizadas no espaço público disponibilizado, incorporando-se as mesmas ao patrimônio público municipal.

§ 4º. Não será permitido ao parceiro-adotante ceder a terceiros, sob qualquer título, a exploração da área que lhe for disponibilizada no Termo de Parceria, sendo lícito, apenas, contratar empresas especializadas para a recuperação e ou manutenção da área adotada, segundo dispuser o Termo de Parceria firmado com o Poder Executivo Municipal.

§ 5º. Ocorrendo a rescisão do Termo de Parceria por inexecução do objeto, ou por razão de interesse público, o parceiro-adotante pessoa física perderá o direito ao desconto no IPTU, devendo ser pago integralmente e acrescida multa estipulada em igual valor do desconto que o parceiro-adotante receberia.

Art. 5º. Para fins de alcance dos objetivos do Programa "Eu amo Eldorado", as áreas públicas passíveis de serem disponibilizadas para adoção nos termos desta lei correspondem a:

I - praças, jardins e sistemas de lazer públicos;

II - canteiros centrais de ruas e avenidas;

III – paradas de ônibus;

IV – áreas de esporte;

V - reservas naturais e áreas de preservação ambiental no entorno dos córregos urbanos com extensão de 15 (quinze) metros, acrescida também dos parques lineares;

§ 1º, Poderá haver a disponibilização de uma mesma área pública para mais de um parceiro-adotante.

§ 2º. A adoção de uma área pública destina-se a:

I – limpeza, conservação e manutenção da área adotada.

II - Será permitida a construção de equipamentos esportivos ou de lazer em praça pública, de acordo com o projeto apresentado pelo parceiro-adotante e aprovado pela Comissão "Eu amo Eldorado";

§ 3º. O acesso às áreas adotadas se dará de forma livre e irrestrita a todas as pessoas, sendo vedada a cobrança de qualquer espécie de valor pecuniário para a sua utilização.

§ 4º. As propostas de adoção das áreas relacionadas no inc. V deste artigo limitar-se-ão à limpeza, conservação e manutenção da área pública que se pretende adotar, observadas as normas contidas na Lei Federal nº 4.771/65 - Código Florestal e na legislação municipal pertinente.

Art. 6º. A gestão do programa instituído por esta lei, bem como a fiscalização de sua execução e decisão sobre casos omissos serão de responsabilidade da Comissão "Eu amo Eldorado", constituída por:

I - um representante da Secretaria Municipal de Obras e Viação;

II - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

III - um representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo;

V - um representante do Departamento Municipal de Trânsito;

VI - um representante da Procuradoria Jurídica;

VII - um representante do Gabinete do Prefeito Municipal;

VIII - um representante do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Os membros da comissão de que trata o "caput" deste artigo serão nomeados através de portaria do Prefeito Municipal, a quem competirá, também, designar o seu Presidente.

Art. 7º. São atribuições da Comissão "Eu amo Eldorado":

I - elaborar e manter cadastro atualizado das áreas públicas disponíveis para atendimento do programa, contendo informações sobre seu estado de conservação, área ou extensão, equipamento e mobiliários urbanos existentes;

II - elaborar e disponibilizar aos interessados os projetos ou programas contendo as melhorias ou manutenção a serem implementadas nas áreas destinadas ao programa;

III - classificar, avaliar, julgar e decidir sobre as propostas de adoção apresentadas;

IV – comunicar através de ofício ao parceiro-adotante, no prazo máximo de 15(quinze) dias a contar da data de entrega dos documentos junto ao protocolo, resposta sobre a proposta recebida;

V – encaminhar para análise e aprovação em Sessão Ordinária na Câmara de Vereadores as propostas aprovadas pela Comissão "Eu amo Eldorado". Entende-se por proposta aprovada aquela que obtiver a maioria de votos favoráveis, conforme as diretrizes da legislação municipal. O Poder Legislativo terá o prazo de 10(dez) dias para encaminhar resposta à Comissão;

VI – preencher "checklist" da área disponibilizada, discriminando as condições em que a mesma foi entregue ao parceiro-adotante no ato de celebração do Termo de Parceria, devendo o "checklist" ser anexado ao Termo;

VIII - fiscalizar os procedimentos do parceiro-adotante, em relação às áreas adotadas, em cumprimento do Termo de Parceria;

Art. 8º. São atribuições do parceiro-adotante:

I - cumprir integralmente o Termo de Parceria firmado, responsabilizando-se pela realização das obras ou serviços descritos no referido documento, bem como por quaisquer danos causados à administração pública ou a terceiros quando da realização dos mesmos;

II - executar os projetos aprovados pela Comissão "Eu amo Eldorado" com verba, pessoal e material próprios;

III - conservar e realizar a manutenção de rotina do objeto de parceria-adoção, conforme estabelecido no termo firmado;

IV - realizar a irrigação necessária da vegetação durante a vigência do contrato;

V - autorizar a incorporação de benfeitorias por si promovidas, sempre respeitando o direito do cidadão de ir e vir a toda e qualquer obra realizada, sem direito a auferir qualquer indenização do Poder Público Municipal;

VI - não utilizar o espaço público que lhe for disponibilizado para fins de satisfação de interesses particulares, notadamente a restrição ao alcance do interesse público, bem como comercializar ou permitir que no local seja praticada atividade com finalidade lucrativa por outrem, salvo o comércio ambulante por pessoas autorizadas mediante alvará expedido pela Prefeitura Municipal;

VII – não plantar hortifrutigranjeiros nem criar animais no local adotado;

VIII - confeccionar as placas publicitárias, conforme modelo previsto no regulamento(ANEXO IV).

Art. 9º. É responsabilidade do Poder Público Municipal:

I - fiscalizar o andamento e a manutenção dos objetivos propostos pelo programa;

II - implantar, a seu critério, novos projetos ou melhorias estruturais nas áreas disponibilizadas, inclusive benfeitorias adicionais a qualquer tempo, devendo comunicar imediata e oficialmente ao parceiro-adotante;

III - divulgar a parceria nos meios de comunicação social.

Art. 10. Toda e qualquer divulgação pública promovida pelo parceiro-adotante, referente à adoção de área por ele feita, deverá conter os nomes dos parceiros, dentre eles o da Prefeitura Municipal;

Art. 11. Será concedido desconto de 30% (trinta por cento) no valor do IPTU para um imóvel de propriedade do parceiro-adotante, por ele indicado, desde que tenha cumprido integralmente o Termo de Parceria findo no exercício anterior àquele para o qual se pleiteia o desconto.

Parágrafo único. O desconto previsto neste artigo:

I - será concedido apenas a contribuintes pessoas físicas;

II - será concedido em relação ao imóvel indicado pelo contribuinte, desde que não tenha débitos junto à Prefeitura;

III – não é cumulativo, sendo válida a concessão de um único desconto por imóvel no mesmo exercício para cada Termo de Parceria findo;

IV – será concedido de forma proporcional ao tempo de adoção do ano anterior;

V - O desconto previsto neste artigo deverá ser requerido na forma e prazos regulamentares.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eldorado do Sul, 03 de julho de 2015.

JORGE ASSIS
Vereador Proponente

ANEXO I

Modelo de Ofício

Eldorado do Sul, ____ de _____ de 20____.

À SUA EXCELENCIA
SR. SÉRGIO MUNHOZ
PREFEITO MUNICIPAL
ELDORADO DO SUL/RS

Ref.: Termo de Parceria

Seguem documentos para devida verificação e análise, visando à celebração de Termo de Parceria com essa Prefeitura Municipal, relativo à conservação e manutenção da área pública _____ (descrever a área municipal a ser adotada: praça, canteiro, parada de ônibus...) _____:

– **Pessoa Física:**

- Carta de Intenção e Cronograma de Execução;
- Cópia do comprovante de endereço;
- Cópia de CPF e RG;
- Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos municipais, estaduais e federais.

– **Pessoa Jurídica:**

- Carta de Intenção e Cronograma de Execução;
- Cópia do registro comercial, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ato constitutivo e alterações subsequentes ou decreto de autorização para funcionamento ou Alvará de licença de Funcionamento (conforme o caso);
- Cópia do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Cópia dos documentos do representante legal (endereço, RG e CPF);
- Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos municipais, estaduais e federais.

Atenciosamente,

(nome e assinatura)

ANEXO II
Modelo de Carta de Intenção para Pessoa Física

À SUA EXCELENCIA
SR. SÉRGIO MUNHOZ
PREFEITO MUNICIPAL
ELDORADO DO SUL/RS

CARTA DE INTENÇÃO

Eu, _____, morador de Eldorado do Sul, residente na _____ (*endereço completo*), portador(a) do RG _____ e do CPF _____, venho pela presente, de acordo com a Lei Municipal nº XXXXX, manifestar o interesse na celebração de Termo de Parceria para a adoção da área pública _____ (*descrever a área municipal a ser adotada: praça, canteiro, parada de ônibus...*), localizado(a) na _____ (*endereço completo da área*), responsabilizando-me a realizar durante o prazo de ____ anos (máximo 5 anos), limpeza de lixo, corte de grama, pintura das guias com tinta branca e demais ações conforme Termo de Parceria e regulamento.

A limpeza de lixo será realizada semanalmente, o corte da grama será executado mensalmente, e a pintura das guias será feita a cada trimestre.

Além disso proponho-me a realizar ainda os serviços descritos abaixo:

Eldorado do Sul, ____ de _____ de 20____.

(nome e assinatura)

ANEXO III
Modelo de Carta de Intenção para Pessoa Jurídica

***Timbre ou logotipo
da empresa***

À SUA EXCELENCIA
SR. SÉRGIO MUNHOZ
PREFEITO MUNICIPAL
ELDORADO DO SUL/RS

CARTA DE INTENÇÃO

A empresa _____, com sede na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada, na forma dos seus atos constitutivos, por seu(sua) diretor(a) _____, portador(a) do RG _____ e do CPF _____, residente e domiciliado(a) na _____ (endereço completo), vem pela presente, de acordo com a Lei Municipal nº XXXXX, manifestar o interesse na celebração de Termo de Parceria para a adoção da área pública _____ (descrever a área municipal a ser adotada: praça, canteiro, parada de ônibus...), localizado(a) na _____ (endereço completo da área), responsabilizando-se a realizar durante o prazo de _____ anos (máximo 5 anos), limpeza de lixo, corte de grama, pintura das guias com tinta branca e demais ações conforme Termo de Parceria e regulamento.

A limpeza de lixo será realizada semanalmente, o corte da grama será executado mensalmente, e a pintura das guias será feita a cada trimestre.

Além disso propõe-se a realizar, ainda, os serviços descritos abaixo:

Eldorado do Sul, ____ de _____ de 20____.

(nome e assinatura)

ANEXO IV
Programa “Eu amo Eldorado”

REGULAMENTO

A Prefeitura de Eldorado do Sul coloca à disposição das entidades da iniciativa privada e da sociedade civil organizada termo de parceria a fim de promover melhorias urbanas mediante adoção de praças, jardins e sistemas de lazer públicos; canteiros centrais de ruas e avenidas; paradas de ônibus; áreas de esporte; reservas naturais e áreas de preservação ambiental no entorno dos córregos urbanos com extensão de 15 (quinze) metros, acrescida também dos parques lineares; visando sua limpeza, conservação e manutenção.

Pode adotar uma área pública pessoas físicas, entidades da iniciativa privada, pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem no ramo empresarial, industrial, comercial ou de prestação de serviços e outras entidades atuantes no setor econômico, sociedade civil organizada, associações, sociedades, centros comunitários e clubes.

A iniciativa deste programa visa exclusivamente permitir que tanto cidadãos como empresas passem a cuidar de áreas públicas do município de Eldorado do Sul, contribuindo com exemplos de cidadania e responsabilidade social, sendo permitido em contrapartida que as empresas participantes tenham seus logotipos estampados nestes locais, em placas, com o slogan: “Esta área é conservada pela empresa tal”

O interessado deve apresentar à Prefeitura Municipal, via protocolo, carta de intenção (ANEXO II/III) bem como documentação necessária. A partir disso, o solicitante aguarda ser chamado para assinar o Termo de Parceria.

ADOÇÃO DE ÁREAS VERDES DÁ VISIBILIDADE À RESPONSABILIDADE SOCIAL

As pessoas físicas e jurídicas, que venham adotar áreas públicas, será concedido o direito de associar seus nomes ou de suas empresas a essa causa.

Os locais “adotados” recebem placa ou placas obedecendo os seguintes parâmetros:



Para áreas de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), apenas uma placa elevada verticalmente do solo, com dimensões máximas de 0,70cm (cinquenta centímetros) de altura x 0,90cm (setenta centímetros) de largura, afixada a uma altura de 0,70cm (setenta centímetros) do solo;

Para áreas entre 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), até 500m² (quinhentos metros quadrados), duas placas elevadas verticalmente do solo, com dimensões máximas de 0,70cm (cinquenta centímetros) de altura x 0,90cm (setenta centímetros) de largura, afixadas a uma altura de 0,70cm (setenta centímetros) do solo. As placas devem ficar, no mínimo, 10 metros de distância uma da outra;

Para áreas acima de 500m² (quinhentos metros quadrados), segue a mesma proporção de uma placa para cada 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área;

Em se tratando de canteiros de vias, a placa elevada verticalmente do solo deverá ter as seguintes dimensões:

Para canteiros com largura de até 03 (três) metros, uma placa com dimensões máximas de 0,70cm (cinquenta centímetros) de altura x 0,90cm (setenta centímetros) de largura, afixadas a uma altura de 0,70cm (setenta centímetros) do solo, na proporção máxima de uma placa a cada 200(duzentos) metros lineares ou fração de canteiro conservado, devendo ser observada a distância mínima de 5m (cinco metros) do início do canteiro;

Para canteiros conservados com largura superior a 03 (três) metros, uma placa de dimensões

máximas de 0,70m (sessenta metros) de altura x 0,90m (oitenta metros) de largura, afixada a uma altura de 0,70m (setenta metros) do solo, na proporção máxima de uma placa a cada 200(duzentos) metros lineares ou fração de canteiro, devendo ser observada a distância mínima de 5(cinco) metros do início do canteiro;

Para as paradas de ônibus, será permitido a colocação de mensagens de forma vertical, na própria parada, utilizando 75% do espaço, conforme modelo padrão. Os 25% restantes serão reservados para a Administração Municipal colocar comunicados importantes.

Tratando-se de passeios nas vias públicas, será permitido a colocação de mensagens no piso de forma horizontal.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Entidades da sociedade civil, pessoas físicas, associações, empresas e órgãos de direito público ou privado. Assim é uma sociedade. Assim é Eldorado do Sul.

Todos têm o mesmo objetivo: contribuir para uma Eldorado melhor. Imaginem se todos se unissem, em prol de uma cidade mais bonita, por exemplo? É isso que pretendo realizar com esse Projeto de Lei. Reunir o amor que cada eldoradoense tem por nossa cidade e transformá-lo em ação, em atitudes, em uma cidade muito mais limpa e organizada. Em uma cidade que tenhamos orgulho de morar e viver.

Este Projeto de Lei visa contribuir com exemplos de cidadania e responsabilidade social ao proporcionar àqueles que querem fazer a diferença e contribuir com Eldorado do Sul a possibilidade de poderem adotar praças, parques, jardins, canteiros centrais, paradas de ônibus e assim, zelar por nossa Eldorado, promover melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas. Ou seja, deixar nossa Eldorado mais bonita.

É importante considerarmos que:

- São as praças os locais onde a população se encontra em seus momentos de lazer;
- Torna-se urgente a conscientização da comunidade em relação à sua participação principalmente no cuidado com esses espaços, tanto quanto a ação Pública do governo no processo de manutenção das boas condições das praças;
- Se tornam mais fortes os laços das empresas com a comunidade, que desta se aproximam de forma mais amena do que praticada exclusivamente através das relações de trabalho;
- A visibilidade comercial será muito acentuada, pois alguns locais poderão se tornar símbolos da cidade, o que atrairá dezenas de pessoas a circular pelo local. Assim, será fácil a compreensão das empresas e a aceitação desta parceria;
- Os benefícios se voltam todos à comunidade, que terá uma cidade mais bonita e mais valorizada, mais limpa e com menos roedores e mais admirada, tendo em vista o resultado obtido e o envolvimento da comunidade no processo de transformação de nossa Eldorado do Sul.

Além disso, acredito que uma pessoa que more ou tenha seu estabelecimento próximo a um terreno público é capaz de cuidar muito bem desta área, assim como zela pela sua propriedade. Além disso, essa pessoa teria apenas um terreno com o qual se preocupar, enquanto que a Administração Municipal tem dezenas de metros quadrados de áreas públicas para cuidar.

Por outro lado, a implantação deste Projeto de Lei seria uma solução frente à atual escassez de recursos da Administração Municipal para cuidar destes logradouros públicos, além de servir como um instrumento que oportuniza a participação da sociedade civil na

gestão da cidade.

Por essas razões, acredito que este projeto será muito benéfico para Eldorado do Sul.

É, no entanto, essencial considerar as questões de legalidade e de constitucionalidade da proposição.

No que tange a matéria tributária, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já firmou jurisprudência de que se trata de iniciativa concorrente tratar de matéria tributária, conforme exemplifico abaixo:

**PROCESSO Nº 70052725595
(Nº CNJ: 0579158-23.2012.8.21.7000) 2012/Cível
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE VIAMÃO. MATÉRIA TRIBUTÁRIA. INICIATIVA LEGISLATIVA CONCORRENTE.
É concorrente a iniciativa para legislar sobre isenção do pagamento de imposto territorial urbano, não havendo, portanto, falar em iniciativa privativa do Chefe do poder executivo. Precedentes. Ausência de inconstitucionalidade.
JULGARAM IMPROCEDENTE, POR MAIORIA.**

Isso significa dizer que o Legislativo Municipal pode propor Lei de cunho tributário, neste caso o IPTU, não sendo exclusivo do Poder Executivo pois é matéria concorrente uma vez que os benefícios financeiros trazidos aos cofres públicos, com esta Lei, são incontestáveis.

No entanto, é preciso também atender às condições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000) referentes à renúncia de receita e respectiva compensação. Sendo assim, e como não há como prever com precisão nem a totalidade de áreas disponíveis a serem adotadas, nem qual a área total será efetivamente adotada, sugiro como análise considerar o percentual de 20%, o que não afetará a prática da aplicação desta Lei, uma vez que a renúncia da receita será sempre igual e posterior à redução da despesa. Além disso, a tendência é que quanto maior for esse percentual, maior será o ganho em qualidade de vida para a população decorrente desta Lei.

A estimativa de impacto orçamentário-financeiro proporcionará, a princípio, um pequeno *superávit* aos cofres públicos. Isso acontece porque primeiro ocorre a redução da despesa, e somente no ano seguinte ocorre o desconto no Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana – IPTU.

Nos anos seguintes, os descontos concedidos serão iguais à redução da despesa realizada no ano imediatamente anterior, de forma que a aprovação do Projeto de Lei em análise não causará desequilíbrio nem orçamentário, nem financeiro, nem poderá prejudicar as metas fiscais do Município e não afeta despesas com pessoal de modo que consideramos sua implementação viável e benéfica à municipalidade, principalmente em função

do seu potencial de melhoria visual da cidade e da qualidade de vida da população.

Eldorado do Sul, 03 de julho de 2015.

JORGE ASSIS
Vereador Proponente